

DAR A CARA PELA PROFISSÃO E PELA ESCOLA PÚBLICA



SPN VAI ELEGER CORPOS GERENTES PARA 2017-2020

**A pensar propomos
a lutar fazemos
a classe que somos
o SPN que queremos.**

**Unidos resistimos
unidos venceremos
unidos construímos
o amanhã que queremos.**
(Hino do SPN)



‘De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e com o Regulamento de Funcionamento da Assembleia-Geral, a eleição dos Corpos Gerentes para o triénio 2017-2020 foi convocada para o dia 30 de maio.

A este acto eleitoral candidatou-se uma única lista, sob o lema *Juntos para um SPN mais forte*. Uma lista que, a par da sempre necessária renovação, que acontece com uma significativa percentagem dos candidatos, inclui vários elementos dos atuais Corpos Gerentes, eleitos em 2014, por duas listas diferentes que então se apresentaram no ato eleitoral.

Ou seja, como o próprio lema deixa transparecer, a lista agora candidata resultou de uma procura “de convergência de vontades, de preocupação com o bem comum, privilegiando o coletivo e a vontade de transformar positivamente a sociedade”, como pode ler-se no programa de candidatura, distribuído com esta revista.

‘Os tempos continuam difíceis e a exigir um forte empenhamento de todos na luta por melhores condições de vida e de trabalho e por uma melhor Escola, mais democrática e mais inclusiva. Os sindicatos, e particularmente o Sindicato dos Professores do Norte, não podem fugir à sua responsabilidade de serem propositivos e conduzirem essa luta que é de todos e de cada um, mas que precisa de lideranças esclarecidas para melhor poder perseguir os seus elevados objectivos.

Nos sindicatos, tal como noutros domínios da vida em sociedade, a democracia não deve resumir-se à deposição de um voto numa urna. Pelo contrário, a democracia alimenta-se da participação coletiva, da discussão crítica e da capacidade de intervenção pessoal. Em permanência, nos órgãos colegiais de que o Sindicato dispõe ou nas escolas, locais privilegiados da ação sindical.

Fica, por isso, um forte apelo à participação dos associados no ato eleitoral e, depois dele, em toda a vida do Sindicato dos Professores do Norte!

spinformação

Diretora Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim • **Fotografia** Henrique Borges • **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal n°** 238855/06 • **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

DE NOVO EM LUTA!

Perante a ausência de respostas da tutela à proposta de compromisso a assumir com os professores e educadores para a melhoria das condições de exercício da profissão docente, o Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), reunido a 5 de maio, fez seguir para o ME um conjunto de perguntas que carecem de clarificação urgente, tais como:

- será ou não descongelada a progressão na carreira docente em 1 de janeiro de 2018?

- irá o ME, no âmbito do despacho de Organização do Ano Letivo, clarificar os conteúdos das componentes letiva e não letiva dos horários dos docentes?

- estará o ME disponível para iniciar, desde já, negociações com vista à aprovação de um regime especial de aposentação dos docentes?

- irá ou não o ME abrir novos processos de vinculação extraordinária em 2018 e 2019?

Estas são algumas das questões que a Fenprof pretende ver respondidas até ao final de maio, altura em que serão decididas as ações a desenvolver no mês de junho. Até lá, promoverá uma jornada de luta no dia 17 de maio e auscultará os professores sobre os passos seguintes.

Este não é o tempo de ficar parado. Sabemos que o país continua sujeito a constrangimentos financeiros e a pressões da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, mas a política consiste em fazer opções e a Educação tem de ser uma priori-

dade em termos de investimento. A Fenprof está disponível para, relativamente às medidas que têm maior impacto orçamental, encontrar soluções graduais e faseadas. Mas não está disponível para esperar passivamente por respostas que não se sabe se virão ou quando virão.

O Programa de Estabilidade 2017-2021 que o Governo apresentará em breve à Comissão Europeia condicionará os próximos Orçamentos do Estado e, logo, a possibilidade de os problemas identificados terem uma resposta efetiva. O financiamento é uma questão central – sem ele muitas das discussões sobre melhorias na educação tornam-se totalmente inconsequentes.

A participação dos docentes nas lutas que coletivamente vierem a ser decididas neste final de ano letivo é por isso fundamental para fazer pressão sobre o Governo. Os sindicatos têm de fazer a sua parte, mas só uma forte mobilização dos professores e educadores poderá obrigar o Governo a assumir esse compromisso.

Neste contexto, importa tornar claro que muitos dos problemas que afetam hoje os educadores e professores afetam também os alunos, as escolas e o sistema educativo. É importante que a sociedade portuguesa perceba que quando os docentes reclamam melhores condições de trabalho, estão, igualmente, a reclamar melhores condições de aprendizagem para os seus alunos; que quando defendem

um regime específico de aposentação, o fazem também pelas crianças e jovens com quem quotidianamente trabalham e que precisam de docentes mais novos, menos desgastados e mais motivados; que quando defendem a gestão democrática das escolas o fazem para defender direitos de toda a comunidade escolar e sobretudo dos seus alunos – como bem disse Paulo Freire, não há outra forma de aprender a democracia que não seja pela democracia, praticando-a – ou que quando contestam a municipalização da educação, o fazem em defesa da sua autonomia pedagógica e profissional, mas também do direito a uma educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens, independentemente do concelho onde residem.

Os professores são o recurso mais importante para o sucesso educativo dos alunos, sendo necessário dar a devida atenção às condições em que exercem a sua atividade. Uma carreira mais ou menos gratificante; mais ou menos estabilidade de emprego; uma gestão escolar mais ou menos democrática; horários de trabalho mais ou menos adequados; mais ou menos burocracia; mais ou menos indisciplina... Tudo isto tem efeitos importantes na motivação e no bem-estar dos professores, e logo, na promoção da qualidade educativa numa Escola que queremos mais igualitária, mais inclusiva e mais democrática. E é por tudo isso que estamos a lutar.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



Fenprof reuniu com ministro da Educação

A LUTA TEM DE CONTINUAR

Fenprof sublinha a necessidade de os professores se mobilizarem para lutar por melhores condições de trabalho, por medidas que atenuem o desgaste a que estão sujeitos, pela vinculação de quem está em precariedade e a aposentação de quem exerce há décadas, pelo direito à progressão na carreira, pela gestão democrática das escolas e contra a municipalização da Educação.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu no dia 5 de abril com o ministro da Educação, a quem apresentou uma proposta de compromisso a assumir com os professores e educadores, com medidas concretas em torno de questões de grande importância. As respostas de Tiago Brandão Rodrigues foram vagas, não assumindo compromissos concretos e alegando, em alguns casos, que ultrapassam a esfera de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação – de que são exemplo o descongelamento das carreiras, a negociação de um regime especial de aposentação para os professores, a aprovação de uma 'norma-travão' mais favorável ou a garantia de abertura de novos processos de vinculação nos próximos anos.

Sobre o conjunto de questões tratadas, a nota dominante é a ausência de respostas concretas para a resolução dos problemas. Relativamente ao desgaste profissional docente, o ME apenas admite vir a discutir um "reajustamento funcional" relacionado com a idade. Sobre o despacho de Organização do Ano Letivo 2017/18, não se perspetivam alterações significativas relativamente ao normativo em vigor no ano em curso, parecendo mais uma vez adiada a indispensável definição do conteúdo das componentes letiva e não letiva, a integração dos intervalos do 1º Ciclo na componente letiva ou a conversão das horas de redução por antiguidade em componente de trabalho individual, ente outras questões.

Sobre a descentralização, o ministro limitou-se a afirmar que se tratava de uma questão que não se restringe à Educação e que se encontra em discussão na Assembleia da República, esclarecendo que a questão será debatida e negociada "em tempo oportuno". Já quanto a uma eventual revisão do modelo de gestão das escolas, não foi calendarizado qualquer processo, tendo ficado apenas prevista a possibilidade de uma reunião para a Fenprof apresentar a sua proposta.

A Federação lamenta a ausência de resultados concretos e sublinha a necessidade de os professores se mobilizarem para lutar por melhores condições de trabalho, por medidas que atenuem o desgaste a que estão sujeitos, pela vinculação de quem está em precariedade, pela aposentação de quem exerce há décadas, pelo direito à progressão na carreira, contra a municipalização da Educação e pela gestão democrática das escolas...

O primeiro momento aconteceu no dia 18 de abril, em Lisboa, com os professores a desfilerem do Ministério da Educação até à residência oficial do primeiro-ministro, transportando uma faixa com centenas de fotografias de docentes exibindo as suas reivindicações, dando o rosto pela profissão e pela educação.



SPN PROMOVEU ENCONTROS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) levou a efeito, nos dias 18 de fevereiro e 25 de março, dois encontros regionais da Educação Pré-Escolar (EPE). O primeiro, em Mirandela, contou com a participação de Cristina Mesquita, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Cristina Parente e Emília Vilarinho, da Universidade do Minho. O segundo, no Porto, teve como oradoras Cristina Parente, Emília Vilarinho e Helena Horta (Universidade do Algarve).

Cerca de 250 educadoras de Infância participaram nestes encontros, que constituíram importantes momentos de reflexão e abordaram temáticas como as políticas educativas na educação de infância, a avaliação e a articulação com o 1º Ciclo do Ensino Básico, a abordagem da escrita no jardim de infância e a reflexão sobre as orientações curriculares para a EPE e o papel dos educadores.

Nos períodos destinados a debate, foram abordadas também questões relativas à intervenção sindical e referida a necessidade de uma contínua atitude de defesa do direito das crianças a uma EPE pública de qualidade, que também passa, naturalmente, pela dignificação da profissão, por uma atitude combativa dos educadores de infância e pela exigência de respeito pelos seus direitos.

A abertura e o encerramento dos encontros – que constituíram ações de formação acreditadas – estiveram a cargo da coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, e das dirigentes Ana Paula Tomé (Direção Distrital de Bragança) e Júlia Vale (coordenadora da EPE no SPN e na Federação Nacional dos Professores).

Aposentados

SE QUISEREM VIVER, TÊM DE PAGAR!

Depois da tentativa (gorada) em que qualquer trabalhador com incapacidade por doença ou acidente, para pedir a pensão de aposentação ou reforma por invalidez, tinha de apresentar um atestado médico que afirmasse que só tinha três anos de vida, inventou-se o fator de sustentabilidade.

O fator de sustentabilidade surgiu em 2008, lesando os pensionistas desse ano em 0,56%. Esta taxa foi subindo anualmente e, em 2014, triplicou para 12,34% chegando atualmente a 13,88%. Este fator aplica-se a todas as pensões, exceto às de invalidez.

Agora foi publicada a Portaria nº 99/2017, que 'inventa' pensões de invalidez relativa ou de invalidez absoluta, considerando que os pensionistas cuja situação existe há menos de 20 anos verão a sua pensão "convolada" noutra pensão, aos 65 anos, a que será aplicado o fator de sustentabilidade.

As pensões de velhice são as existentes e referidas para o regime

geral, mas não há na Caixa Geral de Aposentações outro tipo de pensões além de aposentação. Contudo, a CGA usa uma nota, em letras pequeninas, nas suas simulações referentes a aposentação por incapacidade:

"O subscritor pode aposentar-se quando, tendo, pelo menos, 5 anos de serviço, seja declarado absoluta e permanentemente incapaz para o exercício das suas funções. Se o subscritor, à data da aposentação, tiver idade inferior à idade normal de acesso à pensão de velhice, a pensão é reduzida, a partir do mês seguinte àquele em que completar 65 anos de idade, por aplicação de um fator de sustentabilidade" ...

Os aposentados cumpriram as condições que lhes foram impostas, já tendo sido prejudicados demais. Rejeitam esta nova situação e exigem o fim do designado fator de sustentabilidade, que não é ético nem moral.

PROVAS DE AFERIÇÃO NO 1º CICLO

Há todo um conjunto de formalidades e exigências que mais se identificam com práticas examinatórias, retirando-lhes a naturalidade com que deveriam decorrer e desviando-as do principal objetivo, que é justamente aferir.



O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) sempre pugnou pela valorização da classe docente e pela qualidade da Escola Pública, razão por que, no que diz respeito ao 1º Ciclo do Ensino Básico, tem desenvolvido, com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), um conjunto de ações junto das escolas, do Conselho Nacional de Educação, dos tribunais, dos partidos políticos e do Governo, com o objetivo de chamar a atenção para os problemas do setor e pressionar a tomada de medidas que melhorem as condições de trabalho dos professores e o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Nesta perspetiva, o SPN congratulou-se com algumas medidas tomadas pelo Governo no início desta legislatura, nomeadamente, o fim dos exames no 4º ano de escolaridade, porque defende que a avaliação dos alunos deve ter um carácter formativo, ser contínua e, essencialmente, interna. É este tipo de avaliação que permite aos professores orientarem a sua atividade e dar retorno aos alunos e encarregados de educação do desenvolvimento das aprendizagens escolares, contribuindo, simultaneamente, para a melhoria do sistema de ensino.

No entanto, também compreendemos que existam mecanismos externos que permitam aferir o desenvolvimento do sistema educativo e intervir atempadamente, na resolução de problemas detetados. Por isso, encaramos com naturalidade a (re)introdução das provas de aferição a meio do ciclo, desta feita abrangendo várias áreas do currículo.

Mas, consideradas as provas já realizadas (Expressões Artísticas e Físico-Motoras), houve todo um conjunto de formalidades e exigências que mais se identificam com práticas examinatórias e de encenação, retirando-lhes a naturalidade com que deveriam decorrer e desviando-as do principal objetivo, que é justamente aferir.

Logística pesada. De facto, não parece admissível que para a organização e realização dessas provas tivesse havido necessidade de várias reuniões preparatórias, com diversas entidades (DGEstE, IAVE, ministério e autarquias), para garantir uma logística que requer tempo, envolve vários recursos humanos e materiais e espaços específicos afastados do quotidiano e da realidade das escolas e, na generalidade dos agrupamentos, nada fáceis de concretizar.

Na verdade, para a sua realização, foram necessários vários docentes (aplicadores, classificadores, supervisores, interlocutores e estruturas de apoio), criando um cenário de “exame” e de desconfiança relativamente aos professores titulares de turma, num tempo que é, simultaneamente de aulas, o que obrigou a profundas alterações no trabalho das escolas, dos professores e dos alunos envolvidos.

Ao nível dos materiais solicitados para a aplicação das provas, alguns já não fazem parte do dia-a-dia da generalidade das escolas, quer por falta de espaço nas salas de aula, quer pela desvalorização atribuída às Expressões, aliada à sobrevalorização do Português, da Matemática e dos exames nos últimos anos. É ainda de suma importância lembrar que a desvalorização curricular das Expressões, a degradação de materiais que não foram repostos devido a políticas economicistas e o reduzido tempo previsto na matriz curricular para a sua lecionação (três horas) colocaram os professores em situação de inexecuibilidade da lecionação frequente dessas áreas, o que, naturalmente, terá tido reflexos aquando da realização das provas.

Na defesa dos interesses dos seus associados, o SPN continuará atento ao desenvolvimento deste processo, fazendo votos de que constitua uma oportunidade para alterar os currículos, para valorizar profissionalmente os docentes do setor e para melhorar as suas condições de trabalho, bem como as aprendizagens dos alunos.

MELHOR QUE NADA, MAS LONGE DE RESOLVER PROBLEMAS



Teve lugar há poucos dias a fase de candidatura aos concursos interno, externo e externo extraordinário, para os quais as Portarias 129-B e 129-C, publicadas no dia 6 de abril, haviam estabelecido as respectivas vagas. E se é verdade que não se pode subestimar a abertura de vagas a que o Ministério da Educação (ME) procedeu, não é menos verdade que uma outra Escola, com outras condições de trabalho ao nível dos recursos humanos, pedia claramente mais vagas do que as efetivamente abertas.

1. Relativamente ao concurso externo extraordinário, apenas foi permitida a candidatura a quem tivesse pelo menos 12 anos de serviço e cinco contratos nos últimos seis anos em escolas da rede do ME, deixando de fora milhares de docentes já com muitos anos de serviço – há cerca de 17 mil com quatro ou mais anos de serviço e mais de 20 mil com três anos. Mas nem todos os candidatos que reuniam aquelas condições ingressarão em lugar de quadro, já que o número de vagas criadas (3019) obedeceu ainda a uma terceira condição, pois apenas os docentes este ano colocados em horário anual e completo determinaram a abertura de vaga – mas só de entre

os que reuniam cumulativamente as outras duas condições, uma vez que há cerca de 10 mil docentes contratados para horários completos e anuais.

É pouco, claro, mas ainda assim só possível graças à persistente luta dos professores com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que permitiu a abertura destes processos de vinculação extraordinária, quer pelo anterior governo, quer pelo atual.

Processos que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof exigem que prossigam em 2018 e 2019 (o que ainda não é certo), sem prejuízo de continuarem a bater-se pela consagração de outras medidas de vinculação dinâmica, na linha do que a lei geral consagra para o setor privado.

Lutas que adquirem ainda a maior importância, uma vez que os docentes do ensino não superior ficam de fora do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), mesmo representando os docentes quase 50% da contratação a termo na Administração Pública. Uma luta importante, apesar de os concursos externos (regulares ou extraordinários) terem vindo a ser marcados pela injustiça, uma vez que os docentes que

já pertencem aos quadros são impedidos de concorrer às vagas abertas nos mesmos.

2. Quanto ao concurso externo regular, que tem lugar anualmente, o ME abriu este ano 443 vagas, a serem integralmente preenchidas pela aplicação da 'norma-travão', não deixando nenhuma para os restantes professores que não preenchem os apertados requisitos que a mesma estabelece – recorde-se que mais de 17 mil docentes têm mais do que os quatro anos exigidos, mas a esmagadora maioria não preenche outros requisitos, seja a continuidade em horários anuais e completos ou a do mesmo grupo de recrutamento.

Ainda pior do que a escassez de vagas é a desigualdade de tratamento, pois não está, até ao momento, garantida uma resposta para os docentes das escolas públicas de Ensino Artístico Especializado, grupo que o Governo excluiu do processo de vinculação extraordinária, o que poderá levar estes docentes à greve às avaliações de final de ano.

3. Quanto ao concurso interno, há que relevar que, pela primeira vez desde 2009, existe um saldo positivo, ainda que mínimo, en-

tre vagas abertas (4612) e vagas 'negativas', a encerrar quando vagarem (4543). Em 2015, as vagas abertas foram 4552, mas as negativas atingiram as 9562, perfazendo um saldo negativo superior a cinco mil; em 2013, as vagas abertas haviam sido apenas 618, enquanto as negativas foram umas brutais 12003. No entanto, há grupos de recrutamento que têm muitas vagas positivas e poucas ou mesmo nenhuma negativa, o que em si não seria mau, bem pelo contrário, mas que, por não haver recuperação de vagas do concurso interno para o externo – alteração introduzida na lei em 2014 e ainda mantida, apesar da oposição da Fenprof –, levará a que as vagas sobranças das transferências entre quadros fiquem por preencher. Tal será inevitável, por exemplo em grupos como o 120, com 320 vagas positivas e nenhuma negativa, ou o 910, com 812 vagas positivas e só sete negativas.

Ainda assim, e tendo em conta as mudanças verificadas nos últimos anos, estimamos que, este ano, o concurso interno possa permitir 12 a 15 mil transferências, ainda que, muito provavelmente, de forma muito diversa conforme os grupos.

Comissão Executiva do SPN É NECESSÁRIO DESCENTRALIZAR E REUNIR NAS ESCOLAS

Na manhã do dia 14 de fevereiro, a Comissão Executiva (CE) do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou em Viana dos Castelos, na Escola Secundária de Monserrate, a sua primeira reunião descentralizada. Procurou-se, desta forma, dar resposta a anseios expostos por dirigentes, relativamente à necessidade de reunir fora da cidade do Porto, onde habitualmente reúne a CE. À Ordem de Trabalho não escapou a situação político-sindical nem a ação reivindicativa, com ênfase nas atividades a desenvolver, nomeadamente, no âmbito da *Campanha em Defesa da Gestão Democrática*, sem esquecer uma reflexão emergente relativamente à proposta de lei da descentralização.

A descentralização das reuniões da CE pretende, igualmente, aproximar o sindicato e as escolas. Assim, à tarde, realizámos um plenário de professores no mesmo auditório, gentilmente cedido pelo diretor do Agrupamento de Escolas do Atlântico, de que a Monserrate é sede. A participação, elevada e ativa, contou com a presença de docentes que se encontram em situações profissionais muito diversas. O agrupamento tem mais de 300 professores e perto de um terço dos docentes marcou presença. A dinâmica da agenda sindical do dia fez-se notar no quotidiano das escolas e os professores deixaram-se contagiar pelo pulsar da vida sindical.

Balço positivo. Durante o plenário, presidido por Manuela Mendonça (coordenadora do SPN), foram colocadas inúmeras questões que zigzaguearam da contratação à aposentação, dos concursos à progressão na carreira, da vinculação aos horários zero, da precariedade ao descongelamento da carreira, do desgaste da profissão docente à redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente, da falta de clareza na definição das componentes letiva e não letiva – entre muitos outros assuntos que se integram nos cinco eixos reivindicativos que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) propõe na campanha “É Tempo de Dar Mais Valor aos Professores e Educadores”.

Como consequência mais visível, nos dias seguintes, a sede do SPN em Viana do Castelo foi visitada por professores que estiveram presentes no plenário e por outros que não tiveram oportunidade de participar. Sentiu-se um regresso ao exercício do direito à falta para ação sindical. Foram muitos os pedidos de justificação de falta ao abrigo da Lei Sindical.

Esta jornada do SPN no Minho teve uma longa preparação. Foram efetuadas abordagens preparatórias, através de visitas às escolas e da dinamização dos placares sindicais, de diálogos e conversas nos intervalos, de divulgação de *flyers*, de contactos com o diretor do agrupamento... No próprio dia foi colocado um *roll up* informativo do SPN na entrada principal da escola.

O balanço foi positivo, recomendando-se vivamente a continuidade desta prática noutras áreas sindicais, porque o sindicato deve estar nas escolas. É nas escolas que tudo acontece!



HOMENAGEM

De 27 de janeiro a 17 de fevereiro, esteve patente ao público vianense, no Espaço Madrugada da sede do Sindicato dos Professores do Norte em Viana do Castelo, uma exposição-homenagem com obras de Paula Sampaio Gonçalves, nossa dirigente, que nos deixou em outubro.

Doente, mas não rendida, a Paula pegou em pincéis e tintas e pintou: pintou a vida, pintou o Alentejo, pintou Viana, que já era a sua cidade, pintou o mar e a liberdade nos cravos vermelhos, nos campos de papoilas e flores, muitas flores...

A Paula nunca pretendeu expor. Mas a sua generosidade levou-a a partilhar com a família e os amigos telas cheias de cor. Foi educadora de profissão, fez-se sócia do SPN em 1991 e tornou-se dirigente em 1996, mantendo-se na direção até ao último dia. Dando sempre o rosto pela profissão, foi nossa companheira de luta, solidária e amiga.

Obrigada, Paula! Agradecemos-te com esta homenagem.

Conceição Branco,
companheira de sempre da Paula
Direção SPN/Viana do Castelo

e

Homenageado por sindicato de Cabo Verde

ABEL MACEDO, "O PAI DA CPLP-SE"



Integrada na comemoração do Dia do Professor Cabo-verdiano, que se assinala a 23 de abril (dia feriado para os docentes de Cabo Verde), o Sindicato dos Professores da Ilha de Santiago (SIPROFIS) homenageou Abel Macedo, da Direção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), em reconhecimento do seu contributo para o desenvolvimento do sindicalismo docente naquele arquipélago africano.

"Homenageamos o colega e camarada Abel pelo percurso feito em prol do sindicalismo na África lusófona. A cooperação entre o SPN e o SIPROFIS, bem como outras relações de cooperação que o SIPROFIS vem estabelecendo com outras organizações sindicais a nível mundial, devemos-lo ao Abel Macedo e ao SPN, organização sindical que representou de forma exemplar ao longo de todos esses anos. Abel Macedo sempre valorizou a cooperação entre os povos e o sindicalismo. Foi e será considerado o pai da CPLP-SE" – palavras de Abraão Borges, justificando a iniciativa. "Somos o que somos hoje graças a ti, mestre. O sindicalismo cabo-verdiano agradece-te", realçou o presidente do SIPROFIS.

O SPN fez-se representar pela coordenadora, Manuela Mendonça, que realçou o facto de Abel Macedo ter sido coordenador do SPN durante 12 anos e de, no SPN e na Federação Nacional dos Professores (Fenprof), sempre se ter empenhado no aprofundamento de relações de cooperação e solidariedade com organizações sindicais de outros países, particularmente de África e da América Latina. Lembrou que foi ele o impulsionador dos protocolos de cooperação bilaterais que o SPN tem com o SIPROFIS e com o Sindicato dos Professores de Benguela (Angola) e sublinhou o seu papel decisivo na criação da CPLP-Sindical de Educação, de que foi o primeiro secretário-coordenador – uma estrutura que tem na lusofonia um forte elemento identitário e que se sustenta num igualmente forte sentimento de solidariedade. "Muito do que a CPLP-SE representa, de partilha, de solidariedade, de comunidade de iguais, é o Abel Macedo", concluiu Manuela Mendonça, felicitando o SIPROFIS pela organização da homenagem, que considerou "inteiramente merecida".

Os representantes do SPN participaram também num seminário, dinamizando debates e apresentando comunicações sobre política educativa e igualdade de género.

FALTAS POR DOENÇA POR DIAS DE FÉRIAS

“O coração das mães é um abismo no fundo do qual se encontra sempre perdão.”

Honoré de Balzac

A Lei 35/2014, de 20 de junho, estipula no artigo 15º determinados efeitos decorrentes das faltas por doença:

“1. A falta por motivo de doença devidamente comprovada não afeta qualquer direito do trabalhador, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Sem prejuízo de outras disposições legais, a falta por motivo de doença devidamente comprovada determina:

a) a perda da totalidade da remuneração diária nos primeiros, segundo e terceiro dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas;

b) a perda de 10% da remuneração diária, a partir do quarto dia e até ao trigésimo dia de incapacidade temporária.”

Da norma resulta que as faltas por doença de um trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado têm como efeito a perda integral da remuneração nos três primeiros dias de ausência e de 10% entre o 4º e o 30º dia.

Concomitantemente, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) atribui aos trabalhadores, no artigo 135º, uma prerrogativa no que ao efeito das faltas concerne:

“4. Nos casos em que as faltas determinem perda de remuneração, as ausências podem ser substituídas, se o trabalhador assim o preferir, por dias de férias, na proporção de um dia de férias por cada dia de falta, desde

que seja salvaguardado o gozo efetivo de 20 dias de férias ou da correspondente proporção, se se tratar do ano de admissão, mediante comunicação expressa do trabalhador ao empregador público.”

De acordo com esta possibilidade, os professores podem requerer aos seus agrupamentos de escolas a substituição do efeito de perda da remuneração por dias de férias.

Dupla penalização. Sucede que, apesar da clareza do enquadramento legal, o Ministério da Educação (ME) tem interpretado e aplicado a lei de modo único e surpreendente: quando confrontados com estes requerimentos, os agrupamentos/escolas têm, naturalmente, deferido o pedido, com a consequente perda dos três dias de férias. Só que não se ficam por aí... Ou seja, não se ficam pela aplicação da lei, deferindo a substituição de perda da remuneração dos três primeiros dias, mediante o sacrifício de igual período de férias, mas somando-lhe a perda de remuneração nos três dias subsequentes, ou seja, nos 4º, 5º e 6º dias de atestado médico. Com este entendimento, os docentes saem duplamente penalizados da aplicação de um preceito que lhes concede uma prerrogativa benevolente para evitar a perda de remuneração, pois, em bom rigor, perdem na mesma a remuneração de três dias, ao que acresce a perda de

três dias de férias. Naturalmente, tal acréscimo não encontra suporte na lei, sendo apenas suportado por uma qualquer circular/instrução interna, que uma vez mais penaliza os professores e se afasta do cumprimento da lei. É bom de ver que o legislador pretendeu tudo menos esse resultado, pois ao permitir que um trabalhador em funções públicas possa sacrificar dias de férias (tendo presente todo o enquadramento legal que protege o direito a férias) para substituir dias de faltas que tenham tido como efeito a perda de remuneração, não quis transformar uma benesse numa penalização acrescida.

Seria uma norma legal perfeitamente absurda e, atrevo-me, inconstitucional, se tal entendimento fosse pretendido e permitido.

Decisão favorável. Esta questão não é nova, já foi abordada nestas linhas e surge, novamente, por força de uma decisão judicial recentemente proferida e que espero que possa conduzir a uma mudança de actuação por parte do ME. Com efeito, um associado do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) não se conformou com a atuação descrita e resolveu impugnar judicialmente a decisão do seu agrupamento de lhe retirar indevidamente a remuneração dos 4º, 5º e 6º dias de um atestado médico.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga pronunciou-se favora-

velmente à pretensão do docente, tendo entendido que se trata, “no fundo, de uma prerrogativa concedida ao trabalhador, num contexto de ausência justificada ao trabalho, tendente a obstar à perda da remuneração devida através da utilização de dias de férias, mas sem que daí resulte qualquer alteração quanto à natureza da ausência nem quanto aos efeitos inicialmente resultantes dessa mesma ausência (perda total de vencimento). Portanto, e uma vez exercida a prerrogativa prevista na LGTFP, ficou paralisada a perda da remuneração inerente aos três primeiros dias de ausência ao trabalho, não podendo tais efeitos ser posteriormente deslocados para os três dias subsequentes (4º a 6º dia de ausência).”

O valor desta causa é baixo, correspondente aos três dias de remuneração, mas o princípio que lhe subjaz é de enorme valia, demonstrando o respeito e rigor que a lei e os trabalhadores merecem por parte da Administração Pública. Trata-se de um mero exemplo que decidi expor para que a informação sobre este direito possa ser mais detalhada, porque cada vez mais a informação é decisiva para o exercício dos direitos laborais e de cidadania.

José Miguel Pinho,
advogado SPN

CONTINUAR A DAR A CARA

... pelo descongelamento das progressões

O SPN/Fenprof não admite outra solução que não seja o descongelamento no quadro do ECD, nem aceitará qualquer discriminação de docentes relativa ao momento em que se retomarão as progressões. Até lá, exige a resolução de todos os problemas de ordem legal que se arrastam desde 2010 e a abertura de negociações para recuperação do tempo de serviço.



... pelo fim do abuso na contratação a termo

O flagelo atinge dezenas de milhares de docentes, incluindo do ensino artístico, da língua gestual, das AEC e da formação profissional, bem como da investigação científica. O SPN/Fenprof exige o respeito pelo Direito Comunitário e pela Constituição e rejeita a exclusão das carreiras especiais do programa de combate à precariedade na Administração Pública.



... pela gestão democrática das escolas

O atual contexto parlamentar é uma oportunidade para conseguir alterar o regime de autonomia e gestão em vigor. Para isso, é necessária a mobilização dos professores na defesa dessa revisão. O SPN/Fenprof propõe a elegibilidade e colegialidade dos órgãos, a efetiva participação da comunidade escolar na tomada de decisões e a prevalência de critérios pedagógicos acima de todos.



... por horários de trabalho adequados

Aos docentes são impostos horários que violam os limites legais e outras sobrecargas que têm origem na deliberada falta de clareza sobre as componentes letiva e não letiva. O despacho de organização do próximo ano letivo será uma oportunidade para solucionar um dos mais importantes fatores de desgaste físico e psicológico.



... pelo reconhecimento do desgaste profissional

O desgaste a que os professores estão sujeitos aumenta violentamente por força das condições de trabalho, de horários que desrespeitam a natureza da profissão e de uma instabilidade que se arrasta por anos a fio. O SPN/Fenprof coloca a exigência de um regime especial de aposentação para os docentes no topo das prioridades da ação reivindicativa.



... contra a municipalização da educação

O Governo pretende transferir competências para as autarquias. O SPN/Fenprof discorda, porque a maioria das responsabilidades são competências que devem continuar/passar a ser das escolas. A igualdade de oportunidades e o direito a educação de qualidade para todos, independentemente do município de residência, têm de continuar a ser uma realidade.



QUE ALUNOS NO FINAL DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA?

“A referência a um perfil não visa qualquer tentativa uniformizadora, mas sim criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia.

Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de

formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. Não falamos de um mínimo nem de um ideal – mas do que se pode considerar desejável, com necessária flexibilidade. Daí a preocupação de definir um perfil que todos possam partilhar e que incentive e cultive a qualidade. Havendo desigualdades e sendo a sociedade humana imperfeita, não se adota uma fórmula única, mas favorece-se a complementaridade e o enriquecimento mútuo entre os cidadãos.”

Guilherme d'Oliveira Martins,
Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
(do prefácio)



Não há dúvida que a apresentação do perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória representou uma autêntica pedrada no charco, cujas ondas de choque vieram abalar grandemente a meritocracia mercantil que um governo furiosamente neoliberal tentou instalar no país.

Muitos não hesitaram em recorrer a descaradas formas de mentira para tentar salvar o elitista sistema escolar que estava a ser implementado. Por exemplo, gritando a plenos pulmões, *Aqui d'El Rei!*, que agora que íamos no bom caminho, como demonstrado pelos últimos resultados PISA, vêm outra vez os “facilitadores” do costume tentar destruir o edifício que tão laboriosamente estávamos a construir. Não importa que os últimos resultados PISA, agora divulgados, se reportem a um período anterior ao consulado Crato/Passos Coelho. Afinal estamos no tempo das *'fake news'*, ou não? O que conta é o que se diz, nem que seja falso!

Porém, nem tudo são mentiras, obviamente. Muitas organizações tornaram pública, de uma forma séria, a sua opinião sobre o dito perfil, embora das organizações sindicais só se conheça o parecer da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), oportunamente divulgado. Várias associações profissionais organizaram-se numa tomada de posição conjunta [ver pág. 18].

Ainda em abril, o Conselho Nacional de Educação, desafiado pelo atual Governo, emitiu um parecer globalmente positivo, que termina com um conjunto de recomendações relativas à posterior aplicação da nova filosofia contida no documento em apreço. Destacamos duas delas, uma pela sua particular pertinência e outra por corresponder a uma decisão já anunciada pelo Governo, com a paternidade do Presidente da República:

- a primeira refere que “sejam ponderadas as implicações do documento na organização do sistema educativo, nomeadamente ao nível do currículo, das práticas pedagógicas e da formação inicial e contínua dos professores” – completamente de acordo pois são áreas decisivas para a instalação plena e harmoniosa de um conceito de Educação que quer romper com políticas mais recentes.
- a segunda recomendação citada – “as consequentes alterações

UM PERFIL E A SUA POLÊMICA

curriculares que o Perfil suscita sejam efetuadas de forma gradual e progressiva, sem descuidar a necessária monitorização e o respetivo acompanhamento” – corresponde integralmente a uma decisão do Governo de avançar com a chamada ‘reforma curricular’ já no próximo ano letivo, mas apenas num pequeno conjunto de escolas voluntariamente encontradas.

Independentemente de maiores ou menores proximidades ao conteúdo do perfil apresentado, a verdade é que poucos lhe terão ficado indiferentes. Contudo, a questão central é a que a Fenprof levanta no final do seu parecer e que vale a pena citar, a terminar: “A mudança que se perspetiva neste documento é importante e urgente, mas ninguém muda por decreto! Sem a criação, intencional e generosa, de condições de envolvimento dos docentes, tornando-os participantes interessados, ativos e respeitados neste processo, o perfil do aluno agora proposto não passaria de mais um exercício especulativo – ou de propaganda – no campo da educação e do ensino”.

Abel Macedo,
Direção SPN

DE ALUNO A CIDADÃO

Para o SPN, o novo 'perfil do aluno' configura uma inevitável rotura com o legado de Nuno Crato e com as soluções neoliberais que têm pautado a política educativa portuguesa nas últimas décadas.



O grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação para elaborar o “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”, presidido por Guilherme d’Oliveira Martins, apresentou em fevereiro o resultado final do seu trabalho. Da análise realizada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN) resultou uma apreciação bastante positiva do documento.

De facto, o ‘perfil’ assenta numa visão humanista da Educação, em clara oposição à postura tecno-burocrática prevalecente até hoje; regista a complementaridade de saberes, recusando a visão hierarquizada que teve o seu apogeu com o anterior governo; sedimenta uma efetiva perspectiva de inclusão, por oposição a visões elitistas e excludentes plantadas pelos arautos do neoliberalismo na Educação.

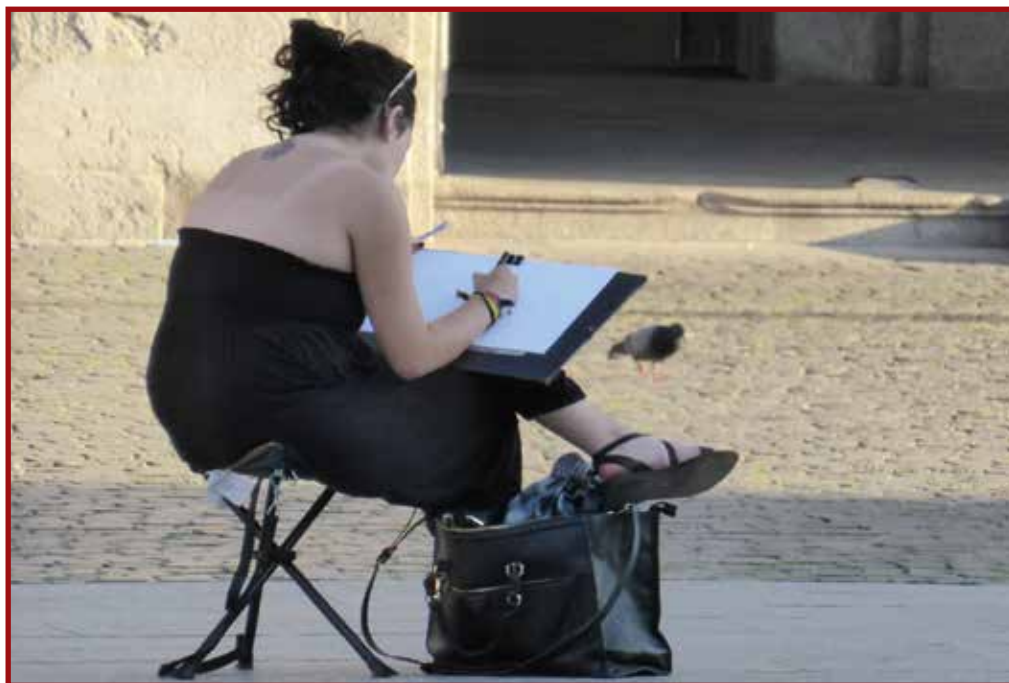
Logo no prefácio, e por oposição à visão redutora e autoritária da aquisição de competências dirigidas à entrada no mercado de trabalho, Oliveira Martins considera que “o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e com os outros e o aprender a ser constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações”. O que “obriga a colocar a educação durante toda a vida no coração da sociedade – pela compreensão das múltiplas tensões que condicionam a evolução humana”, refere o antigo ministro da Educação.

Esta última referência merece algum realce porque a essência das propostas apresentadas coloca a Educação ao Longo da Vida bem para lá das lógicas da chamada ‘educação de segunda oportunidade’, prefigurando

uma valorização do *saber* que provoque nos alunos uma genuína vontade de continuar a aprender, seja qual for a opção de vida que venham a adotar ao fim de 12 anos de escolaridade obrigatória.

Revolução. Tratando-se de um perfil que “obriga à recusa de receitas ou da rigidez e a um apelo a pensar e a criar um destino comum humanamente emancipador”, o documento apresenta um conjunto de princípios – o conhecimento é fundamental para uma sociedade centrada na dignidade humana; as aprendizagens são o centro do processo educativo; a escolaridade obrigatória é de todos e para todos; a gestão flexível do currículo é instrumental para cada um atingir o perfil proposto; a missão da Escola é promover a curiosidade

A PROPOSTA DO GRUPO DE OLIVEIRA MARTINS PODE CONSTITUIR UM REFORÇO DA REIVINDICAÇÃO DE MAIS DEMOCRACIA PARA AS ESCOLAS, QUE O SPN E A FENPROF TÊM PROTAGONIZADO.



intelectual e a valorização do saber (entre outros) – e de valores (responsabilidade e integridade; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e inovação; cidadania e participação; liberdade) que sustentam a visão do jovem-cidadão à saída da escolaridade obrigatória [ver caixa].

Sucedem-se uma listagem de dez áreas de desenvolvimento e aquisição de competências-chave, onde, a par do raciocínio e da resolução de problemas, se inscrevem a sensibilidade estética e artística e a consciência e o domínio do corpo, por exemplo – e só isto já diz muito da revolução que o desenvolvimento deste perfil de aluno pode provocar na Educação.

Última referência para um capítulo de implicações práticas onde se elencam “descritores operativos” para cada área de

competências a desenvolver ao longo da escolaridade obrigatória.

Conclusão. Para o SPN, o documento em análise está em contraciclo com o momento que vivemos na educação, quer com o que ainda está em prática, quer com alguns enunciados políticos mais recentes.

Desde logo, a filosofia curricular é incompatível com o modelo de gestão escolar vigente: uma escola burocrática, altamente hierarquizada, centralizadora e autoritária, não convive com as margens de autonomia, cooperação, solidariedade e complementaridade que o perfil reclama; pelo contrário, o professor-funcionário obediente e disciplinado, comandado e controlado, que está na cabeça dos governantes dos últimos anos, está

nos antípodas do profissional crítico e reflexivo, autónomo e responsável que estas novas práticas exigem.

Contudo, num momento decisivo no que toca à eventual alteração do modelo de gestão escolar, a proposta do grupo de Oliveira Martins pode constituir um reforço da reivindicação de mais democracia para as escolas, que o SPN e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) têm protagonizado.

De qualquer forma, temos de ser claros: um governo que queira implementar as medidas que este perfil supõe, tem a obrigação de alterar no mesmo sentido o modelo organizacional das escolas. E para isso, a Fenprof tem boas propostas.

CIDADÃO DO FUTURO

Pretende-se que o jovem, à saída da escolaridade obrigatória, seja um cidadão:

- dotado de literacia cultural, científica e tecnológica que lhe permita analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
 - livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
 - capaz de lidar com a mudança e a incerteza num mundo em rápida transformação;
 - que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, as Humanidades, a Ciência e Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental;
 - capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e capacidade de comunicação;
 - apto a continuar a sua aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
 - que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
 - que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
 - que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.
- Estes desígnios complementam-se, interpenetram-se e reforçam-se entre si num modelo de escolaridade orientado para a aprendizagem dos alunos, que visa, simultaneamente, a qualificação individual e a cidadania democrática.

OUTROS PARECERES

PROMOVER E GARANTIR O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES

Para a Federação Nacional dos Professores, o perfil do aluno pretendido à saída da escolaridade obrigatória aponta para uma mudança de paradigma na educação. Esta mudança implica, também, alteração nas práticas pedagógicas dos docentes e, como não se muda por decreto, há que garantir as condições necessárias para que o professor sinta necessidade de mudar a sua atuação.

Para dar resposta ao perfil do aluno apresentado, os docentes necessitam de tempo para refletir sobre as suas próprias práticas, discutidas em ambiente escolar, com os seus pares, despertando assim o interesse pela mudança na prática educativa. São necessários espaços de diálogo para os professores terem condições de trocar experiências e de repensar e adequar as suas práticas às exigências de um novo conceito de aluno: um aluno crítico, com vontade de aprender e continuar a aprender ao longo da sua vida, com competências assentes em conhecimentos, capacidades e atitudes nas diversas áreas de desenvolvimento e aquisição de competências-chave; um cidadão à saída da escolaridade obrigatória com uma perspetiva humanista e inclusiva, assentando toda a sua ação, de forma reflexiva,

mas sempre sustentada num conhecimento efetivo. Cidadãos autónomos, que pensam por si e que estabelecem relações com os outros. Esta é a principal função social da escola: preparar o aluno para a vida numa sociedade em constante transformação.

Esta mudança só pode acontecer se os professores forem envolvidos na discussão, na construção e na implementação destas alterações, em termos de uma participação ativa em todo o processo. Professores como autores e atores da sua prática pedagógica, em constante partilha de saberes e experiências com os seus pares. O que, manifestamente, diverge da situação para que a profissão docente tem sido remetida pelas políticas de diferentes governos.

Não podem ser aqui minorizadas dimensões incontornáveis que têm a ver com a formação dos docentes (inicial, contínua e especializada) ou – absolutamente determinante – com a resolução dos magnos problemas do desgaste e do envelhecimento do corpo docente, agravados de forma brutal com as políticas dos últimos largos anos.

A Fenprof considera indispensável a organização de espaços de debate e de reflexão nas escolas, envolvendo todos os professores, numa perspetiva construtiva de ação coerente com as conceções que se pretende que os alunos

apresentem no final da escolaridade obrigatória.

A mudança que se perspetiva é importante e urgente. Mas sem a criação, intencional e generosa, de condições de envolvimento dos docentes, tornando-os participantes interessados, ativos e respeitados, o perfil do aluno proposto não passaria de mais um exercício especulativo – ou de propaganda – no campo da educação e do ensino.

[Secretariado Nacional da Fenprof]

A ADOÇÃO DO PERFIL NÃO VAI MUDAR O ESTADO DA EDUCAÇÃO

O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos carecia, até agora, de um documento orientador em que aparecessem consignadas as grandes linhas da atuação educativa para esta nova realidade. Ainda que o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* venha a sofrer alterações decorrentes do período de discussão pública, torna-se necessário salientar os aspetos a seguir enunciados.

1. Consideramos o Perfil como um quadro de referência em que aparecem explicitados a visão, os princípios, os valores e as competências que devem dar forma e sentido aos anos de escolarização. Se admitimos, como algumas das personalidades que



**A FENPROF FAZ
UMA AVALIAÇÃO
POSITIVA DO
DOCUMENTO, MAS
SALIENTA QUE UMA
VISÃO HOLÍSTICA
E HUMANISTA DA
EDUCAÇÃO NÃO SE
COMPADECE COM
A CONTINUIDADE
DE POLÍTICAS
EDUCATIVAS
DE CARIZ
MARCADAMENTE
NEOLIBERAL.**

realizaram uma leitura crítica do documento, que este possui um carácter generalista e relativamente vago, a verdade é que consideramos não poder assumir outra figura um documento com esta finalidade.

Tratando-se de um texto 'constitucional' da educação que desejamos para os cidadãos portugueses desse futuro que conseguimos entrever, todos os contributos para melhorar a sua validade e exequibilidade devem ser integrados, tornando-o suficientemente abrangente e flexível para poder suportar os vaivéns das orientações pedagógicas e das políticas partidárias. O Perfil não é disruptivo, pois referenda muitas das práticas já em curso nas escolas e sintetiza inquietações e aspirações maioritárias e relativamente consensuais dentro da comunidade educativa, assim como muitas das recomendações presentes em estudos nacionais e internacionais publicados durante as últimas décadas.

2. Concordamos com a inclusão de valores e competências que apontam para uma educação de matriz humanista, inclusiva e integral, para a formação das futuras gerações. A escolaridade de 12 anos obriga a gerir situações muito diversas e complexas: deverá contemplar os vários percursos de formação que exis-

tem ou possam vir a existir após o Ensino Básico, assim como a permanência de estudantes com motivações e rendimentos escolares muito diversos onde se pretende que todos possam ingressar na maioridade com os valores e as competências que lhes permitam participar ativa, criativa e criticamente no Portugal do século XXI.

3. Consideramos que todas as áreas disciplinares contribuem para os valores e competências assinalados no Perfil e que o trabalho que temos pela frente é definir em que grau e de que forma o vamos fazer. A elaboração, ainda em curso, das aprendizagens essenciais para cada disciplina é a primeira pedra para a articulação entre o Perfil e os currículos. Essas aprendizagens supõem um trabalho de atualização e articulação dos programas que foram sendo elaborados nos últimos 25 anos. Mas não só. Supõem também um compromisso entre a harmonização da formação oferecida por todos os estabelecimentos de ensino do país e a necessária adaptação aos contextos específicos em que essa formação ocorre, estimulando um ensino mais significativo e motivador, capaz de convocar maior interdisciplinaridade e inovação pedagógica e didática, três vetores que consideramos essenciais para dotarmos de sentido

e de maior eficiência o trabalho discente e docente.

Estamos conscientes de que a adoção do Perfil e das aprendizagens essenciais não vai mudar o estado da educação no nosso país. Dotar de sentido a função e o trabalho desenvolvido por todos os atores implicados no processo educativo, nomeadamente professores e alunos, é o grande desafio. Para que tal aconteça, não há nada mais importante do que a motivação, que deve ser ao mesmo tempo intrínseca e extrínseca. Para conseguirmos uma Escola de excelência é indispensável uma melhor gestão do trabalho pedagógico, assim como orientações e práticas didáticas bem articuladas. Se não acontece de forma extensiva na atualidade, é porque não existem, de facto, as condições para que tal aconteça.

4. Assim, além das iniciativas agora promovidas pelos responsáveis das políticas educativas, consideramos indispensável a adoção paralela das medidas e condições que permitam:

- a) a valorização do papel estratégico da educação e a proteção da Escola Pública na construção do futuro de Portugal;
- b) a implementação, por parte da tutela, de medidas de política educativa consequentes que permitam a articulação coerente entre os princípios,



**O DOCUMENTO
REFERENDA
MUITAS PRÁTICAS
JÁ EM CURSO
NAS ESCOLAS
E SINTETIZA
INQUIETAÇÕES
E ASPIRAÇÕES
MAIORITÁRIAS E
RELATIVAMENTE
CONSENSUAIS
DENTRO DA
COMUNIDADE
EDUCATIVA.**

os valores e as competências enunciados no Perfil, a sua concretização curricular e a sua posterior operacionalização; c) a adoção de mecanismos contrastados de controle e avaliação da qualidade da educação nas suas diferentes dimensões; d) a promoção da investigação e da inovação pedagógica e didática que fomentem a eficiência e excelência do sistema educativo; e) a eliminação da precariedade endêmica de que padece a escola com o fim de dignificar e rejuvenescer a profissão, tornando a docência uma opção desejada.

[Assoc. Nac. Prof. Informática, Assoc. Port. Educação Musical, Assoc. Port. Prof. Alemão, Assoc. Port. Prof. Espanhol, Assoc. Port. Prof. Francês, Assoc. Port. Prof. Inglês, Assoc. Prof. Educação Visual e Tecnológica, Assoc. Prof. Expressão e Comunicação Visual, Assoc. Prof. Filosofia, Assoc. Prof. Geografia, Assoc. Prof. História, Assoc. Prof. Matemática, Assoc. Prof. Português, Cons. Nac. Assoc. Profiss. Educação Física]

IMPLEMENTAÇÃO TERÁ DE SER FASEADA, CRITERIOSA, DISCUTIDA E PARTICIPADA

O Conselho das Escolas revê-se, genericamente, nos princípios, na visão e nos valores expressos

no *Perfil dos Alunos*, cuja latitude e abrangência nos remetem para o conceito de “educação integral”.

Não querendo retirar importância à organização e sistematização destes princípios e valores, que as crianças e os jovens devem ser encorajados a pôr em prática nas suas atividades de aprendizagem e no exercício de uma cidadania plena, o Conselho entende que os mesmos não são inovadores, ou originais. Em boa verdade, são princípios e valores há décadas perseguidos pelas Escolas, como é patente nos respetivos Projetos Educativos. Estes princípios e valores assentam na crença de que novas práticas educativas, aliadas a aprendizagens de cunho funcional e a uma maior articulação de saberes e destes com a vida e situações reais, darão novos sentidos à educação e à formação das crianças e jovens e merecerão a concordância generalizada dos portugueses.

Todavia, o Conselho não duvida que o valor deste *Perfil dos Alunos*, nomeadamente a aquisição e desenvolvimento das competências-chave, apenas será tangível quando as escolas e a Educação sofrerem as transformações necessárias para dar resposta, entre outras, às “implicações práticas” previstas no próprio

documento pelos seus autores. O Conselho defende, aliás, que a prossecução deste *Perfil dos Alunos* não pode limitar-se à ação da Escola nem aos desígnios da educação escolar. Dependerá, em grande medida, da forma como as famílias e a sociedade passarem a encarar a Educação das crianças e dos jovens.

Que implicações?

Ou seja, está-se perante um documento que, ao ser assumido como referencial e encerrando notória consensualidade, não merecerá em si mesmo e enquanto tal, longa apreciação. Convoca, isso sim, a maior reflexão sobre todas as alterações que será necessário implementar para a consecução das competências-chave nele expressas.

Por isso, mais importante do que uma apreciação do *Perfil dos Alunos*, este Conselho entende que será fundamental conhecer, apreciar e avaliar as medidas e as transformações que, necessariamente, terão de ser introduzidas nas escolas, a diversos níveis, para consecução destas competências, nomeadamente e a título de exemplo:

a) que alterações se imporão e materializarão, ao nível dos planos curriculares e da gestão do currículo, que permitam desenvolver as competências-chave



A PROSECUÇÃO DO PERFIL DOS ALUNOS NÃO PODE LIMITAR-SE À AÇÃO DA ESCOLA NEM AOS DESÍGNIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR; DEPENDERÁ, EM GRANDE MEDIDA, DA FORMA COMO AS FAMÍLIAS E A SOCIEDADE PASSAREM A ENCARAR A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.

e as competências associadas previstas no documento?

b) que modelos de permeabilidade entre as várias vias de ensino estão previstos?

c) que modelos de avaliação dos alunos – interna, externa, intermédia e final – se aplicarão para avaliar e certificar as novas competências adquiridas e desenvolvidas por estes?

d) que alterações se introduzirão nos tempos e espaços de aula, na organização e no funcionamento das turmas?

e) como se conjugará a prossecução destas novas competências com o modelo e os requisitos de acesso ao Ensino Superior?

f) que alterações serão introduzidas na formação inicial e que formação contínua está prevista para os atuais docentes, para enfrentarem esta nova (e generalizada) abordagem educativa?

g) que mudanças será necessário introduzir na atual organização do serviço docente, para que os professores possam dar uma resposta positiva ao *Perfil dos Alunos*?

Por outro lado, sendo o *Perfil dos Alunos* um referencial para todos os jovens à saída da escolaridade obrigatória, será necessário conhecer também de que forma e com que critérios e ritmos

se implementarão as medidas e transformações necessárias à consecução das competências-chave previstas neste novo *Perfil dos Alunos*.

Do mesmo modo, será necessário conhecer de que autonomia disporão as escolas para aplicar as medidas necessárias à educação das crianças e dos alunos, tendo em vista a aquisição das competências determinantes ao desenvolvimento deste *Perfil dos Alunos*. O Conselho entende ser cada vez mais importante que se reconheça a autonomia das escolas como um valor intrínseco à sua organização e se utilize essa autonomia para implementar medidas pedagógicas, curriculares e organizacionais em benefício das aprendizagens dos alunos.

Conclusões.

Este *Perfil dos Alunos*, especialmente no que às competências-chave diz respeito, é um novo referencial para a Educação, se não para todo o século XXI, como se sugere em cinco referências a esta unidade temporal, pelo menos para uns bons anos deste século.

A sua consecução, nomeadamente no que às competências-chave diz respeito, implicará profundas alterações na Escola Pública e no sistema educativo,

o que causa alguma apreensão ao Conselho das Escolas, não apenas pela inconstância educativa que sempre tem resultado das alternâncias políticas, mas também porque se acredita que os progressos na Educação são lentos e deverão mais à introdução gradual das alterações necessárias à melhoria e correção dos constrangimentos detetados do que à introdução rápida de profundas e vastas alterações com vista à revisão de partes significativas do sistema educativo. Para este Conselho, mais do que o documento em si, serão as alterações que as suas “implicações práticas” exigirão que o tornarão mais ou menos credível e cuja implementação, pela dimensão que aparentam assumir, terá que ser faseada, criteriosa, discutida e participada de forma a “garantir a estabilidade do trabalho nas escolas, o que pressupõe reformas progressivas, planeadas, negociadas e avaliadas, e uma forte aposta na formação de professores” (Programa do XXI Governo).

[Conselho das Escolas]

PATXI REGRESSA COM 'ZECA NO CORAÇÃO'



Patxi Andión conheceu José Afonso em 1969, no programa televisivo Zip Zip, no fim do qual foi expulso do país pela PIDE. Aprendeu a falar português e com o “amigo Zeca” e as suas canções ficou a conhecer melhor o país a que voltaria regularmente – e de onde foi expulso pela polícia política mais uma vez. “Expulsaram-me de Portugal, mas deixaram-me dentro para sempre”, refere amiúde.

Após muitos anos dedicado à carreira académica e afastado dos palcos, Patxi Andión haveria de reaparecer exatamente em Portugal, e mais precisamente no memorável concerto do 5º Congresso do SPN, que decorreu no Coliseu do Porto (2000). Depois disso voltou mais vezes ao país com que mantém desde sempre uma relação especial.

Agora está outra vez de regresso, com *Zeca no Coração*. Trinta anos depois da morte de José Afonso, propõe-se reunir amigos e canções do Zeca, às quais juntará alguns dos seus maiores sucessos – canções que também carregam histórias, memórias e identidades.

Diz que os concertos não pretendem ser uma homenagem, mas o pagamento de uma dívida, porque “há muito da vida e da obra de Zeca que vive em mim”.

2 de junho, Centro Cultural de Belém

5 de junho, Casa da Música

28 de junho, Feira de S. João (Évora)

FITEI CELEBRA 40ª EDIÇÃO



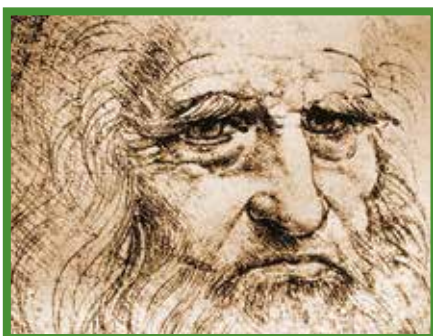
A palavra ao diretor artístico, Gonçalo Amorim: “É uma data que deve ser celebrada porque este percurso foi feito de muito trabalho, empenho, tormentas, sacrifício, dedicação e amor ao teatro. Merece ser celebrada também porque a cidade do Porto teve no seu histórico festival, durante longos períodos destes 40 anos, uma das poucas e por vezes a única oferta de teatro internacional na cidade. Além disso, o FITEI conseguiu ir mostrando o que de mais relevante se foi fazendo em Portugal e no espaço ibero-americano.

Para esta edição, escolhemos o tema *Comunidade e Memória*. Quisemos ir à procura dos artistas de referência que se têm ocupado no teatro contemporâneo dos temas da memória e da pós-memória. Com comunidade quisemos celebrar as comunidades reais da cidade, e não as inventadas, dando conta do lastro que nos vai unindo como portuenses.”

O 40º Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica decorre de 1 a 17 de junho, em vários espaços do Porto, Matosinhos, Viana do Castelo e Felgueiras.

+ www.fitei.com | geral@fitei.com | 223 258 249

O GÉNIO DE DA VINCI NA ALFÂNDEGA



Até 31 de julho, a exposição itinerante *Leonardo Da Vinci: As Invenções do Génio* está patente na Alfândega do Porto. “Estão patentes ao público 64 réplicas de máquinas e engenhos, bem como representações de obras, desenhos e outros protótipos visionários inventados por Leonardo da Vinci e que hoje nos parecem vulgares, como o helicóptero, o tanque de guerra ou o paraquedas”, anuncia a organização.

“A exposição será um percurso sobre a vida e obra de um dos maiores génios da inovação, da criatividade, da ciência e da tecnologia de todos os tempos, desenvolvida por áreas temáticas diferenciadas como o Renascimento, as Máquinas de Voo, a Pintura, os Estudos da Hidráulica, da Engenharia Militar e do Urbanismo, entre outros”, acrescenta o comunicado sobre a mostra.

Comissariada pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura, *As Invenções do Génio* recorda o artista plástico e o um homem que projetou instrumentos musicais, bombas hidráulicas, canhões, pontes e máquinas voadoras, entre outras.

+ www.leonardodavinci.pt | reservas@otw.pt | 220 404 436



BOM SUCESSO: UMA ESCOLA VIVA E ANIMADA

Sábado, 22 de abril, 15 horas. O Teatro Sá da Bandeira esgotou para a apresentação de “Histórias da Nossa História” – um projeto de expressões (dramática, plástica, musical) que, desde o início do ano letivo, mobilizou alunos, professores, assistentes operacionais e pais da Escola Básica do Bom Sucesso (Porto) para a encenação, coreografia e produção de um espetáculo vivido por todos com entusiasmo.

“Os adereços, o empenho das crianças, dos pais, dos professores... Tudo estava perfeito e todos merecem estar muito orgulhosos, porque foi digno de se ver”, registou a engenheira Mimosa Pinho, em nome da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos. O roteiro compreendia uma sucessão de quadros dramáticos com inspiração em momentos ou episódios da história e da cultura portuguesas: «Milagre das Rosas», «Deuladeu Martins», «Sermão aos Peixes», «Fino como o Alho», «Íncrita Geração», «Marquês de Pombal», «A Iluminada» e «Cunha ao Camões» foram alguns dos sketches, “contados por nós, com algum humor e sarcasmo”, explicou a coordenadora da escola, numa curta apresentação do espetáculo. “Todos deitamos mãos à obra, mas este entusiasmo e conjugação de vontades só foi possível com a ajuda imprescindível do professor Carlos Oliveira”, adiantou Ângela Bastardo, realçando que o docente “pensou, escreveu os textos e as canções, encenou e ajudou a ensaiar os alunos.”

Tarefas que não são novidade para Carlos Oliveira, que desde meados da década de 1980 tem escrito e encenado vários projetos, inicialmente levados à cena em salões de juntas de freguesia, mas tendo chegado a auditórios como o Fórum da Maia e, este ano, ao Sá da Bandeira.

E se é certo que projetos desta natureza acrescentam algum desgaste à atividade docente quotidiana, eles compensam pela satisfação e pelas inegáveis vantagens pedagógicas que proporcionam. “Os benefícios que os alunos colhem, a nível da autoestima, da responsabilidade, do sentido do coletivo e da capacidade de esforço próprio, propiciam melhoria de resultados em áreas que, aparentemente, nada têm a ver com artes performativas, como a Matemática”, considera Carlos Oliveira.

Numa saudação final a todos os presentes, Ângela Bastardo deixou um compromisso em nome de todo o Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique: “Vamos continuar a tentar fazer coisas diferentes em prol de uma escola pública de qualidade, onde todos gostem de se rever e onde as crianças e jovens aprendam a ser adultos participativos; uma escola de cidadania, onde pais, professores e assistentes não se cansam de dar o seu melhor e onde os órgãos autárquicos continuem a estar presentes, apoiando e colaborando.” E de facto, logo na segunda-feira seguinte, a animação tomou conta do Bom Sucesso, com o início de mais uma Semana da Leitura promovida pela BE/CRE do Agrupamento: audições do programa Aqui há História e gravação de mensagens na Rádio Miúdos; leitura de lengalengas e quadras ao desafio; visionamento de curtas-metragens de animação realizadas por escolas (ANILUPA); ilustração de histórias e pintura de cortinas; leitura de contos por encarregados de educação, nas salas, antes das aulas; pintura de um tapete de palavras a partir de «A Maior Flor do Mundo», de José Saramago; três sessões com a escritora Nádia Pereira; aula coletiva de capoeira – foram algumas das atividades dirigidas aos alunos da escola e do jardim de infância.



nesta edição

- a abrir
02. **SPN vai eleger Corpos Gerentes para 2017-2020**
- editorial
03. **De novo em luta!**
- ação sindical
05. **A luta tem de continuar**
06. **SPN promoveu encontros regionais da Educação Pré-Escolar**
07. **Aposentados: se quiserem viver, têm de pagar!**
07. **Provas de aferição no 1º Ciclo**
08. **Melhor que nada, mas longe de resolver problemas**
- notícias spn
09. **É necessário descentralizar e reunir nas escolas**
10. **Abel Macedo, "o pai da CPLP-SE"**
- contencioso
11. **Faltas por doença por dias de férias**
- em foco
14. **Que alunos no final da escolaridade obrigatória?**
15. **Um perfil e a sua polémica**
16. **De aluno a cidadão**
18. **Outros pareceres: promover e garantir o envolvimento e a participação dos docentes; a adoção do perfil não vai mudar o estado da educação; implementação terá de ser faseada, criteriosa, discutida e participada**
- apostas spn
22. **Patxi regressa com 'Zeca no Coração' | FITEI celebra 40ª edição | O génio de Da Vinci na Alfândega**
- das escolas
23. **Bom Sucesso: uma escola viva e animada**

LISBOA

17 MAIO

pela Profissão

Professores em LUTA

11h30

Frente ao ME
Pela aprovação de um regime de aposentação (entrega de postais assinados pelos Professores)

14h30

Na Assembleia da República
Acompanhamento da discussão da Petição da FENPROF (Aposentação, Descongelamento das Carreiras, Combate à Precariedade, Horários de Trabalho)

NAS ESCOLAS...

... **Até 17 de maio**
Aprovação de moções e envio para a Assembleia da República.

... **Até 26 de maio**
Debate sobre o prosseguimento da luta a desenvolver.

Este é o tempo de lutar!

INSCREVE-TE NO TRANSPORTE, JUNTO DOS SINDICATOS DA FENPROF!

www.fenprof.pt

spni
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 73
abr • mai • jun 2017
spninfo@spn.pt